

Por um SUS com saúde



Médicos, estudantes de Medicina e profissionais da saúde protestam contra as péssimas condições de trabalho e de atendimento na rede pública. A manifestação, que iniciou com 400 pessoas em frente à sede do CRM-ES, terminou com mais de 1.000 manifestantes em frente à Assembleia Legislativa.

p. 6 a 9

Hora técnica

Reajustado o valor da hora técnica para perícias médicas. O novo valor, sugerido pelo CRM-ES, entrou em vigor no dia 2 de julho

p. 2

Certificado pelo CFM

CRM-ES recebe, pela primeira vez, aprovação total e sem ressalvas de suas operações contábeis e financeiras dos exercícios de 2011 e 2012

p. 3

Ato Médico

Classe médica briga, agora, para derrubar o veto presidencial. A luta é para que a Medicina seja exercida somente por médicos

p. 5

O momento é de mobilização

O populista e indevido anúncio da Presidência da República de importar médicos para atuar no Brasil sem a devida revalidação dos diplomas já é um absurdo e uma irresponsabilidade, pois coloca em risco a saúde da população.

Como se não bastasse esse destempero e essa insistência da presidente Dilma Rousseff na “importação de médicos”, ainda há a justificativa que o problema da saúde pública brasileira é a falta de médicos. Por ano, no Brasil, são formados 17 mil médicos, sendo 500 somente no Espírito Santo. Médicos, nós temos. O que falta é condição de trabalho.

O Brasil precisa de investimentos efetivos na saúde, os quais vêm sendo desviados, mal-empregados ou subdimensionados. Precisa, também, de políticas de melhorias de salário – com a criação de uma carreira de estado forte. Faltam sim condições dignas de trabalho. As emergências estão superlotadas, os pacientes são “internados” nos corredores, sentados em cadeiras ou mesmo deitados no chão.

Em resumo, faltam hospitais, faltam leitos, faltam materiais e equipamentos, só não faltam médicos! Será que os “médicos importados” trarão junto com eles os investimentos necessários para prestarem um bom atendimento médico? Esses profissionais conhecem a realidade do nosso país?

O pior é que, enquanto o governo planeja importar médicos com a péssima justificativa de que essa medida irá reduzir o déficit de atendimento no Sistema Único de Saúde (SUS), um grupo de pelo menos 2.399 estrangeiros já atua no Brasil. A maioria vem para atender pacientes nos grandes centros urbanos,



especialmente na Região Sudeste, como na capital paulista.

As entidades médicas em âmbito regional e nacional estão debatendo a questão, denunciando as incoerências e apresentando propostas para a Presidência da República a fim de evitar a concretização desse absurdo chamado “importação de médicos”.

Para melhor esclarecer a classe médica sobre esse tema, ecoar as ações que vêm sendo adotadas e reunir o maior número de adeptos ao nosso debate, trazemos esse assunto como enfoque principal do Jornal do CRM-ES. Veja nas páginas 6 a 8. Boa leitura!

Aloizio Faria de Souza
Conselheiro-Presidente do CRM-ES

Reajustado valor da hora técnica

Aprovado na Reunião Plenária do dia 2 de julho, o valor mínimo sugerido pelo Conselho Regional de Medicina do Espírito Santo (CRM-ES) para a hora técnica de perícias médicas passou de R\$ 180,00 para R\$ 300,00. A nova sugestão já está em vigor.



CRM-ES
CONSELHO REGIONAL DE MEDICINA DO ESTADO DO ESPÍRITO SANTO

Publicação oficial do Conselho Regional de Medicina do Espírito Santo

CRM-ES

Rua Professora Emília Franklin Mululo, 228,
Bento Ferreira, Vitória-ES. CEP 29.050-730
Telefax (27) 2122-0100 / www.crm-es.org.br

Presidente: Aloizio Faria de Souza
Oswaldo Luiz Pavan Junior (Vice-Presidente) • Severino Dantas Filho (Secretário-Geral) • Hiram Augusto Nogueira (1.º Secretário) • Luis Claudio Limongi Horta (2.º Secretário) • Fernando Ronchi (1.º Tesoureiro) • Álvaro Lopes Vereno Filho (2.º Tesoureiro) • Delson de Carvalho Soares (Corregedor em exercício) • Thales Gouveia Limeira (Subcorregedor) • Jorge Luiz Kriger (Diretor de Informática) • Roberto Gomes (Vice-Diretor de Informática) • Suely Ferreira Rabello (Ouidora).

Conselheiros efetivos: Adenilton Pedro Cruzeiro, Aron Stephen Souza, Carlos Magno Pretti Dalapicola, Eurico de Aguiar Schmidt, Marcelo Almeida Guezert, Vera Lúcia Ferreira Vieira.

Conselheiros suplentes: Aloysio Abdo Campos, Arnaldo Ferreira Filho, Carlos Marconi Pazolini, Dioscordes Marcelo de Almeida Campos, Ezequiel Apgaua Furtado de Souza, Gustavo Antônio Reis Lopes Picallo, Henrique Marcondes Rocio Cerqueira Lima, João Cabas Neto, Marcos Antônio da Cunha Araújo, Marcus de Angeli Altoé, Maria Rufina Barros, Paulo Vicente de Stefano, Perácio Lora Soares, Rosane Ottoni Passos, Viviane Oliveira Lisboa Tacla.

DELEGACIAS SECCIONAIS

COLATINA

Presidente: Márcia Lyra Quintaes Galvão Soares
Delegados: Márcia Lyra Quintaes Galvão Soares, Fernando Antônio de Oliveira Rua, Edson Domingos Margotto, Reynaldo Augusto Damm Junior, Antônio Luiz Lazzari, Sandra Helena Pereira, Anna Selma Perini Fiorot Dell'Santo.

LINHARES

Presidente: Jobson Bortot
Delegados: Arthur Luiz Magnago Heleodoro, Joel Anselmo Giuberti, Carlos Jacques Mazzei Ferreira, Ricardo Silva Nicoletti, Roberto Siqueira Motta, Max Anderson Prezotti, Lucinda Medeiros Alvim, Soo Yang Lee, Sérgio Roberto Peres Sales.

SÃO MATEUS

Presidente: Luiz Fernando Mendonça de Oliveira
Delegados: André Ideraldo Andreazi Goltara, Mônica de Mônico Megalhães, José Eduardo Pavan, Nilton Sodré Fundão, Ronaldo José Thomazini, Mozart Moreira Hemerly, Rafaela Figueira Caetano Azevedo, Maria Cristina Bordoni Silva, Jorge Luis Mendes.

CACHOEIRO DE ITAPEMIRIM

Presidente: João Carlos Serafim
Delegados: Agliberto Baliano Careta, Fabíola de Freitas Moraes, Sebastião Casotti Vidaurre, Antonio Nassu Júnior, Fernando Fittipaldi, Luiz Sérgio Ervatti, Newton Araújo Júnior Pedro, Scarpí Melhorim.

Jornal do CRM-ES

Jornalista responsável
Cileide Zanotti – MTb 463/89

Conselho Editorial

Aloizio Faria de Souza, Hiram Augusto Nogueira, Severino Dantas Filho, Thales Gouveia, Wesley Pini-tente Fabiano.

Editoração Eletrônica e Projeto Gráfico

Comunicação Impressa
(27) 3229-0299 / 3319-9062

Fotos

Arquivo CRM-ES

Impressão

Grafitusa – (27) 3434-2200

CRM-ES recebe Certificado de Conformidade do CFM

O documento, recebido dia 21 de junho, comprova a transparência, o comprometimento e a independência da atual gestão do Conselho

Em conformidade com a Resolução CFM n.º 1.597, de 12 de julho de 2000, o Conselho Federal de Medicina (CFM) realizou os exames de “posicionamento contábil e financeiro” nas contas do Conselho Regional de Medicina do Espírito Santo (CRM-ES), referentes aos exercícios de 2011 e de 2012. A finalidade, segundo o documento emitido pelo CFM, foi avaliar a adequação das operações e dos controles internos da Autarquia, utilizados no acompanhamento de suas atividades, bem como verificar a correta aplicação dos recursos financeiros.

O trabalho, que teve como resultado 100% da aprovação das contas, sem qualquer ressalva dos controladores internos do CFM, foi realizado por seleção de itens, conforme escopo de trabalho definido no Relatório de Controle Interno do CFM, em atendimento à legislação federal.

Como resultado, no dia 19 de junho de 2013 os membros do Controle Interno do CFM emitiram o seguinte parecer: “Em atendimento às determinações contidas no Inciso III, Art. 9.º, da Lei n.º 8.443/92, combinado com o disposto no Art. 151, do Decreto n.º 93.872/86 e Inciso VIII, Art. 14 da IN/TCU n.º 47/2004, alterada pelas INs/TCU n.º 54/2007 e 56/2007 e fundamentado no relatório do Controle Interno, acolho a conclusão expressa no Certificado de Conformidade, que certificou as contas dos gestores do Conselho Regional de Medicina do Estado do Espírito Santo, referentes ao período de 1/1/2012 a 31/12/2012, como REGULARES.”

O mesmo documento também informa que, após criteriosa análise das contas do exercício de 2011, foi considerado “REGULAR a gestão financeira e contábil dos ordenadores

de despesas do Conselho Regional de Medicina do Estado do Espírito Santo, referente ao exercício de 2011.”

A aprovação total das contas do CRM-ES, sem qualquer ressalva, permitiu a emissão do Certificado de Conformidade, documento inédito na Autarquia capixaba. Assinam o Certificado, Francelio Ronaldo Alves Pereira (Controle Interno/CFM), Marlene Rute da Silva Oliveira (Controle Interno/CFM) e José Hiran da Silva Gallo (Diretor-Teroureiro/CFM).

De acordo com a Diretoria do CRM-ES, essa certificação, oficialmente recebida no dia 21 de junho, é a primeira concedida à Autarquia capixaba e mostra que ela está em conformidade perante às leis que regulamentam o Conselho e que todos os processos contábeis, financeiros, administrativos e licitatórios estão corretos.



Hospital São Lucas implanta projeto de educação científica

A necessidade de melhor integrar o corpo clínico e de aprimorar os conhecimentos técnicos e científicos dos profissionais do Hospital Estadual São Lucas levou a diretoria da Instituição a implantar, em junho deste ano, o Projeto de Educação Científica no Hospital.

De acordo com o diretor clínico do Hospital, Aldo Lugão de Carvalho, as atividades acadêmicas no São Lucas têm como princípios a motivação e a valorização dos profissionais. “Acreditamos que o aprimoramento técnico-científico é muito importante e ajuda a melhorar a autoestima do profissional e, conseqüentemente, a qualidade do atendimento hospitalar”, informa Lugão.

As reuniões científicas acontecerão uma vez por mês, com abordagem de temas relevantes, com participação interdisciplinar, buscando soluções para os problemas comuns. Segundo Lugão, serão desenvolvidos

protocolos adaptados à realidade do Hospital, assim como serão estabelecidas de melhorias e apoio aos trabalhos de pesquisa feitos no São Lucas.

Ainda de acordo com Lugão, o Projeto de Educação Científica no Hospital São Lucas conta com o apoio e o empenho da diretora técnica da Instituição, Isabel Cristina Machado Carvalho.

Primeira reunião

No dia 26 de junho foi realizada a primeira reunião científica do Hospital, quando foi debatido o tema “Abordagem do AVC isquêmico na urgência”. Foram convidados para o debate médicos, enfermeiros, fisioterapeutas, fonoaudiólogos e alunos de Medicina.

Como mediadores desse debate foram convidados o médico neurointensivista da UTI do Hospital Estadual São Lucas, Luiz Vicente,

a enfermeira Haline Maura Cunha Batistim, a fisioterapeuta Betânia Silva e a fonoaudióloga Lucieni Rocha Viscovi.



O secretário-geral do CRM-ES, Severino Dantas Filho, prestigiou a implantação do Programa de Educação Científica do Hospital São Lucas

Dois anos dedicados ao SUS

Projeto de lei do Senado e pacote de medidas anunciado pela presidente Dilma Rousseff querem obrigar médicos recém-formados a exercer, por dois anos, a atividade profissional no SUS

Em meio à atual discussão a respeito da pretensão do governo federal de contratar médicos estrangeiros para atuar, sem a devida revalidação de diploma, nas cidades do interior do Brasil, o senador Cristovam Buarque (PDT-DF) ressuscitou o projeto de lei do Senado que obriga médicos recém-formados em faculdades públicas ou com financiamento público a exercer a profissão, por dois anos, em municípios com menos de 30 mil habitantes ou em comunidades carentes de regiões metropolitanas. Trata-se do PLS 168/2012.

Em seguida, a presidente Dilma Rousseff anunciou em seu pacote de medidas, denominado “Mais Médicos”, que os alunos dos cursos de Medicina terão de cumprir oito anos de carga horária e não mais seis. Nesses dois anos a mais, os estudantes terão de trabalhar sem salário no Sistema Único de Saúde (SUS); apenas com bolsa de estudos para, só depois, receberem o registro profissional permanente. Pela proposta da Presidente, durante esses dois anos de atuação complementar pelo SUS, os estudantes deverão ter um “registro provisório”. O Conselho de Medicina não fornece registro provisório.

O objetivo parece ser semelhante à contratação de médicos estrangeiros, ou seja, preencher as vagas recusadas pelos médicos brasileiros em unidades de saúde sucateadas e em municípios cujas condições salariais e profissionais deixam a desejar e com uma diferença: sem salário. “Estão querendo tapar com a peneira os buracos existentes na saúde pública brasileira”, resume Thales Gouveia Limeira, conselheiro do CRM-ES e

ex docente, por três décadas, do curso de Medicina da Universidade Federal do Espírito Santo (Ufes).

Assim como os representantes das entidades médicas nacionais, que criticam o PLS 168/2012, Thales também entende que a proposta do senador Cristovam Buarque não resolverá os problemas da saúde pública e, assim como o pacote da Presidente, submeterá o jovem profissional a riscos graves por atuar sem as condições necessárias ao atendimento à população.

Tanto o projeto de lei, o chamado “Exercício Social da Profissão” quanto a proposta da Presidente obrigam o jovem médico a atuar exclusivamente na rede pública de saúde por dois anos. “Não podemos aceitar que seja exigido de um egresso que, contrariamente à sua consciência, exerça a Medicina em uma área carente de recursos, de equipamentos e de infraestrutura minimamente adequados para a assistência à população”, argumenta Thales. O pior, acrescenta ele, “é essa atuação no serviço público sem concurso e sem gerar vínculo empregatício: uma forma simulada de trabalho forçado”.

CFM também critica

Para Carlos Vital Corrêa Lima, vice-presidente do Conselho Federal de Medicina (CFM), a universalização da assistência à saúde e a superação dos problemas no setor requerem a criação da carreira de Estado para médicos que atuam na rede pública, em especial nas pequenas localidades.

“Não se pode assumir responsabilidades,



Unidades sobrecarregadas e pacientes “internados” nos corredores hospitalares serão cenas comuns para os recém-formados

com valores tão nobres e absolutos como vida e saúde, sem as condições necessárias para o exercício da Medicina.” Também Waldir Araújo Cardoso, da Federação Nacional dos Médicos (Fenam), considera essencial que os médicos do setor público possam contar com a estruturação da carreira de modo a assegurar continuidade da formação, permanência no serviço e perspectiva de futuro.

Para José Luiz Bonamigo Filho, tesoureiro da Associação Médica Brasileira (AMB), a adoção do que vem sendo proposto esbarra na falta de estrutura para atendimento médico no interior. No entanto, ele observa que o País, sendo a sétima economia do mundo e praticando uma alta carga tributária, dispõe de recursos para os investimentos na área da saúde.

Médicos cruzam os braços nos próximos dias 30 e 31

Marcada para as 17 horas do próximo dia 23, uma reunião entre dirigentes do Conselho Regional de Medicina do Espírito Santo (CRM-ES), da Associação Médica do Espírito Santo (Ames), do Sindicato dos Médicos do Espírito Santo (Simes) e de representantes das sociedades de especialidades médicas e dos

estudantes de Medicina vai definir a estratégia de mobilização para os dias 30 e 31 de julho.

A intenção é, durante os dois dias de paralisação, suspender o atendimento eletivo na rede pública e privada, mantendo apenas os serviços de urgência e de emergência.

Os dois dias de paralisação serão em

protesto à falta de investimento na saúde pública e às medidas anunciadas pela presidente Dilma Rousseff. Para marcar o primeiro dia de paralisação, no final da tarde do dia 30, os médicos se reunirão em frente à sede do CRM-ES, de onde sairão em caminhada rumo à Assembleia Legislativa.

A luta agora é para derrubar o veto presidencial

Aprovado após quase 11 anos em tramitação no Congresso, o Ato Médico recebeu vetos que precisam ser derrubados

O projeto do Ato Médico, que regulamenta a atividade médica no País, enfim foi aprovado, no dia 18 de junho, pelo Plenário do Senado. O tema tramitou por quase 11 anos no Congresso Nacional, gerando 27 audiências públicas. No dia 11 de julho, a presidente Dilma Rousseff sancionou a lei, mas vetou pontos que considerou polêmicos, como a exclusividade dos diagnósticos.

Aos médicos continua a exclusividade para realizar cirurgias, biópsias e sedação profunda de pacientes. No entanto, outros trechos da lei foram vetados. Caíram, por exemplo, a exclusividade para formular diagnóstico de doenças e fazer a prescrição do tratamento, como também a exclusividade para realizar acupuntura.

O principal argumento do governo federal para os vetos foi o de que a lei, como estava, iria prejudicar vários programas do Sistema Único de Saúde (SUS), como os de prevenção à malária e tuberculose, e também as campanhas de vacinação, pois impossibilitaria a atuação de outros profissionais da saúde.

O presidente do Conselho Federal de Medicina (CFM), Roberto Luiz d'Ávila, concedeu entrevista ao Jornal Nacional e aos principais jornais do País informando que, agora, é necessário fazer campanha pela derrubada dos vetos no Congresso Nacional. "As pessoas querem ser atendidas por médicos e merecem ter médicos. Não há porque não ter isso escrito em lei", disse d'Ávila.

Um novo round

Para o presidente do CRM-ES, Aloízio Faria de Souza, a classe médica entra agora em outro round de luta, mas com o mesmo propósito: fazer com que a Medicina seja exercida somente por profissionais devidamente qualificados, que estudaram e se especializaram para o exercício dessa importante profissão. "Com a derrubada dos vetos da presidente Dilma Rousseff, a população terá a garantia de ser atendida e de ter seu diagnóstico e tratamento prescritos somente por médicos", finaliza Aloízio.

O presidente do CFM, Roberto Luiz d'Ávila, ressalta que a aprovação do Ato Médico pelo Senado foi um momento histórico para a Me-



Representantes da classe médica acompanharam a votação no Plenário

dicina brasileira. "Essa decisão representa o reconhecimento da importância fundamental do médico no momento do diagnóstico e da prescrição. Trata-se de uma regra que eliminará todas as dúvidas e todos os conflitos. Quem

ganha, sobretudo, é a sociedade, que poderá exigir dos gestores e das empresas o acesso ao melhor tratamento e a médicos qualificados que atendam em sintonia com uma equipe multiprofissional", disse ele.

Histórico de lutas

A primeira proposta sobre o tema, PLS 25/2002, foi apresentada pelo então senador Geraldo Althoff (PFL-SC).

Em seguida, o senador Benício Sampaio (PFL-PI) apresentou o PL 268, que também tratava de regulamentação.

A convergência do tema permitiu que as duas propostas fossem apensadas e tramitassem juntas.

O projeto já saiu do Senado, em 2006, na forma de substitutivo da senadora Lúcia Vânia (PSDB-GO), relatora na Comissão de Assuntos Sociais do Senado (CAS), baseado no PL 268.

Enviado à Câmara, foi modificado novamente e voltou ao Senado como novo substitutivo (PLS268/2002), em outubro de 2009. Esse foi o texto que serviu de base para aprovação na CAS.

Os senadores Antonio Carlos Valadares (PSB-SE) e Lúcia Vânia defenderam a proposta ressaltando sua importância para a saúde pública e para os profissionais da área.

Valadares, relator da matéria na Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania (CCJ), destacou que, das 14 profissões da área da saúde, apenas a profissão de médico ainda não é regulamentada.



Os médicos em frente à Assembleia Legislativa

Nas ruas em defesa da saúde pública

Com faixas, carro de som e muita disposição para protestar, o recado foi dado: “Nós nos preocupamos com o SUS. E você?”

Denunciando o descaso com a saúde pública brasileira, enquanto o governo federal encontra recursos para recuperar e até mesmo reconstruir, em tempo recorde, estádios de futebol para atender aos jogos da Copa das Confederações e da Copa do Mundo, ao passo que a recuperação de hospitais públicos não conta com a mesma eficiência e agilidade, médicos, profissionais da saúde e estudantes de Medicina do Espírito Santo realizaram, no dia 3 de julho, uma manifestação pelas ruas da Capital.

Com faixas que diziam “Queremos hospitais padrão Fifa” e “Eu me preocupo com o SUS. E você?”, os profissionais e estudantes se reuniram em frente ao Conselho Regional de Medicina do Espírito Santo (CRM-ES) e saíram em caminhada pela Cidade. Por volta das 18 horas, os manifestantes saíram do CRM-ES e seguiram em direção ao Hospital Estadual São Lucas, em obras há cinco anos. Devido às obras, o Hospital está funcionando temporariamente

no Hospital da Polícia Militar (HPM).

O percurso, que seguiu pela Av. Beira-Mar, contou com a segurança da Guarda Municipal. As lideranças médicas capixabas pediam apoio à população que se manifestava piscando as luzes das janelas e promovendo um grande “buzinaço”. Otto Baptista, presidente do Sindicato dos Médicos do Espírito Santo (Simes) falava ao microfone: “Quem está insatisfeito com a saúde pública capixaba buzina...”. E o barulho das buzinas era ensurdecedor.

Ao passar pela Secretaria de Estado da Saúde (Sesa), os manifestantes sentaram de costas para o prédio. Segundo Otto Baptista, esse gesto foi a demonstração de como os gestores estaduais da Saúde está se comportando: “sentados em suas cadeiras, de costas para a população e para a classe médica.”

Já em frente à Prefeitura de Vitória, onde o prefeito Luciano Rezende é médico, os manifestantes fizeram muito barulho, pedindo apoio da municipalidade na melhoria das unidades de

saúde sob responsabilidade municipal.

Mudança de rumo

Logo após a Prefeitura, as mais de 700 pessoas, que já tomavam duas faixas da Av. Beira-Mar sentido Praia-Centro, decidiram ir para a Assembleia Legislativa, ao invés de seguirem até o Hospital Estadual São Lucas. “Vamos para a Assembleia mostrar nossa indignação e dar apoio aos manifestantes que estão acampados naquela casa de leis”, gritavam os mais indignados.

A caminhada da Av. Beira-Mar até a Enseada do Suá recebeu novas adesões, culminando em mais de 1.000 manifestantes que tomaram a escadaria da Assembleia e a faixa da Av. Américo Buaiz, sentido Praia-Centro.

A manifestação foi pacífica do início ao fim e terminou com os estudantes e os profissionais da saúde de mãos dadas e braços levantados cantando o Hino Nacional Brasileiro. Os manifestantes acampados dentro da Assembleia deram apoio piscando as luzes daquele órgão.

Objetivo foi mostrar o desrespeito do governo

A manifestação capixaba se somou às diversas manifestações dos médicos realizadas, também no dia 3 de julho, em várias capitais brasileiras. O movimento foi nacional, incentivado pelo Conselho Federal de Medicina, pela Federação Nacional dos Médicos e pela Associação Médica Brasileira.

O objetivo, informa o secretário-geral do CRM-ES, Severino Dantas Filho, foi chamar a atenção, mais uma vez, das autoridades públicas para a falta de respeito com que a população está sendo tratada pelo governo federal. “O último exemplo desse desrespeito foi o anúncio da presidente Dilma Rousseff, da contratação de médicos estrangeiros sem a devida revalidação do diploma. Isso é um absurdo. Os médicos estrangeiros podem vir para o Brasil, mas sua capacidade técnica e profissional, bem como seu domínio do idioma, precisam ser comprovados”, esclarece ele.

O diretor da Associação Médica do Espírito Santo (Ames), Gustavo Picallo, “agora o alvo é o médico. Depois serão os enfermeiros, os psicólogos, os assistentes sociais. Enfim, todos da equipe multidisciplinar, pois trabalhamos em equipes multidisciplinares.”

Desafio

Picallo também lançou um desafio para o presidente da Associação dos Municípios do Estado do Espírito Santo (Amunes), Dalton Perim, e para todos os demais políticos que aprovam a importação de médicos estrangeiros sem a devida revalidação do diploma a, junto com suas famílias, passar a ser atendidos pelo Sistema Único de Saúde (SUS). Ele acrescenta que o médico brasileiro não vai para o interior e para locais remotos porque nesses locais não existem as mínimas condições de trabalho.

O presidente da Ames, Carlos Magno

Pretti Dalapicola, esclarece que as entidades médicas não são contrárias à vinda de qualquer profissional estrangeiro para trabalhar no Brasil. “Defendemos, apenas, que esses profissionais comprovem suas capacidades técnicas para exercer suas profissões. No caso do médico, é imprescindível que seja aplicado o exame de proeficiência técnica e profissional, o chamado Revalida.”

Otto Baptista, presidente do Sindicato dos Médicos do Espírito Santo (Simes) e vice-presidente da Fenam, disse que o caos existente na saúde pública é devido ao subfinanciamento e da má gestão no setor. “Dilma, nos dê condições de trabalho que verás que um filho teu não foge à luta”, finaliza ele.

Celso Murad, conselheiro federal, também presente na manifestação capixaba, disse que o Governo Dilma Rousseff quer resolver os problemas da saúde pública com demagogia.



Sem Revalida não tem registro no CRM-ES

Sem o exame de proeficiência técnica e profissional, o chamado Revalida, o médico estrangeiro que for encaminhado para atuar no Espírito Santo não terá seu registro médico aceito pelo Conselho Regional de Medicina do Espírito Santo (CRM-ES). Essa foi a declaração do presidente do CRM-ES, Aloizio Faria de Souza.

Segundo ele, exercer a Medicina sem o devido registro profissional no Conselho do estado em que irá atuar é irregular e caracteriza exercício ilegal da profissão. As declarações da presidente Dilma Rousseff a respeito da impor-

tação de médicos sem a devida revalidação dos diplomas também levou o CRM-ES a preparar um Mandado de Segurança contra a Presidente para ser apresentado ao Supremo Tribunal Federal. O documento denuncia o desrespeito à dignidade humana e o descumprimento dos direitos humanos, já que profissionais de capacidade duvidosa serão contratados para atender a população usuária do Sistema Único de Saúde (SUS).

Esse mesmo desrespeito, informa o presidente do Sindicato dos Médicos do Espírito

Santo (Simes) e vice-presidente da Federação Nacional dos Médicos (Fenam), Otto Baptista, levou o Simes a preparar uma denúncia à Organização das Nações Unidas (ONU).

“Primeiro apelamos para o Poder Legislativo. Depois, para o Executivo e o Judiciário. Como não conseguimos as melhorias necessárias e nem as ações que provocassem essas melhorias, decidimos envolver os órgãos internacionais. Vamos lutar, cada vez mais, para a melhoria da saúde pública brasileira”, diz Baptista.

Ações adotadas pelas entidades médicas do ES

- ▶ O CRM-ES não concederá registro a médico estrangeiro sem a devida comprovação da revalidação do diploma.
- ▶ A Associação Médica do Espírito Santo (Ames) desafia o presidente da Amunes, Dalton Perim, e todos os gestores públicos que defendem a contratação de médicos estrangeiros sem o exame de proeficiência técnica e profissional (Exame Revalida) a utilizar os serviços desses profissionais para tratamento próprio e de sua família.
- ▶ O CRM-ES entrará com mandado de segurança, no Supremo Tribunal Federal, contra a presidente Dilma Rousseff, caso o diploma de médico estrangeiro não seja devidamente revalidado.
- ▶ O Sindicato dos Médicos entrará com uma denúncia na Organização das Nações Unidas (ONU) sobre as péssimas condições de atendimento na rede pública de saúde no Espírito Santo. O desrespeito à dignidade humana e o descumprimento dos direitos humanos motivaram a ação do Sindicato.



Concentração em frente ao CRM-ES

Importação de médicos não resolverá problemas

Faltam hospitais, leitos, materiais e equipamentos. As emergências dos hospitais da rede pública estão, diariamente, superlotadas. Não é raro que os pacientes ocupem os corredores e aguardem por atendimento deitados no chão. De um lado, pacientes e médicos desassistidos. De outro lado, o governo federal, que, em vez de solucionar as dificuldades básicas e mais urgentes enfrentadas pelos usuários e prestadores de serviços do Sistema Único de Saúde (SUS), anuncia a importação de seis mil médicos cubanos sem a devida revalidação de diplomas para trabalharem nas regiões brasileiras mais carentes.

De acordo com o presidente do Conselho Regional de Medicina do Espírito Santo (CRM-ES), Aloizio Faria de Souza, a revalidação de diplomas é uma prática internacionalmente

reconhecida, que visa avaliar a formação acadêmica do profissional estrangeiro que pretende atuar no País. “É uma maneira de impedir que médicos mal-formados prejudiquem a população usuária de serviços de saúde”, explica Aloizio Faria de Souza.

Investimentos

No entendimento do Conselho Federal de Medicina (CFM), para que o Sistema Único de Saúde (SUS) se mantenha público, integral, gratuito, de qualidade e acessível a toda a população, o Estado deve investir em recursos (um mínimo de 10% da receita bruta da União), buscando o aperfeiçoamento de seus serviços, oferecendo infraestrutura e valorizando os médicos brasileiros.

“Não é a importação de médicos sem

qualquer critério que vai trazer o bom nível de atendimento e de cobertura que se espera. Muito ao contrário. A importação de profissionais estrangeiros sem a revalidação dos diplomas não acaba com o sucateamento da saúde pública brasileira. A gravidade do estado da saúde brasileira só será remediada quando o médico tiver boas e reais condições de trabalho – não adianta tapar o sol com a peneira”, endossa o secretário-geral do CRM-ES, Severino Dantas Filho.

O CFM entrou com uma representação na Procuradoria-Geral da República para impedir a ação do governo federal. Na representação, a entidade cobra esclarecimentos dos ministros das Relações Exteriores, Antonio Patriota; da Saúde, Alexandre Padilha; e da Educação, Aloizio Mercadante.

SUS em debate no Programa do Jô

Depois que as entidades que representam a classe médica no Brasil se reuniram em repúdio à importação de médicos estrangeiros, o presidente do Conselho Federal de Medicina (CFM), Roberto Luiz d’Avila, foi convidado para ser o porta voz dos médicos para falar sobre a real situação do Sistema Único de Saúde (SUS) no **Programa do Jô**, exibido pela Rede Globo, no dia 12 de junho. O Conselho Regional de Medicina do Espírito Santo (CRM-ES) forneceu informações sobre a situação da saúde pública no Estado, as quais serviram de subsídios para a entrevista.

Durante a conversa, o presidente do CFM lembrou que o SUS é um modelo assistencial baseado na oferta de assistência universal, gratuita e integral, mas que sofre de um processo histórico de sucateamento por conta do baixo investimento e da falta de uma administração com visão estruturante. D’Avila disse ainda que, a dificuldade de acesso ao atendimento, sentido principalmente nas áreas de difícil provimento, não será resolvida com a importação de médicos estrangeiros, mas com a oferta de condições e de estímulos para que os médicos brasileiros

ocupem esses espaços.

O presidente do CFM usou os minutos que teve em rede nacional para salientar a preocupação da categoria com os rumos adotados para o SUS e o interesse e a disposição dos médicos brasileiros em ocupar postos de trabalho no interior e nas periferias, desde que sejam oferecidas infraestrutura de trabalho (instalações dignas, equipamentos, insumos), apoio de equipe multiprofissional, um plano de carreira (com previsão de progressão funcional e educação continuada) e remuneração digna.

2.399 médicos 'importados'

Enquanto o governo planeja importar médicos para reduzir o déficit de atendimento no SUS (Sistema Único de Saúde), um grupo de pelo menos 2.399 estrangeiros já atua no País. Dados da edição atual da Demografia Médica no Brasil mostram que os profissionais são oriundos de 53 países — a América Latina representa 94% do total. No topo da lista estão os bolivianos, que somam 880, seguidos por 401 peruanos e 264 colombianos. Cuba está em quarto lugar, com 216 médicos trabalhando

em território nacional.

A pesquisa, elaborada pelo Conselho Federal de Medicina (CFM), também revela que os estrangeiros não escolhem localidades remotas do Brasil para trabalhar. A maioria vem para atender pacientes nos grandes centros urbanos, especialmente os da região Sudeste, como a capital paulista. E, assim como os profissionais brasileiros, a maior parte dos médicos importados também não tem títulos de especialistas — é apenas generalista.

'Bisturi à cubana'

O governo da presidente Dilma prepara mais um estelionato eleitoral contra o povo brasileiro ao anunciar a intenção de importar um contingente de seis mil médicos formados em Cuba e tantos outros vindos de Portugal e da Espanha, sob a alegação de uma suposta carência de 50 mil formados para atuar em remotas regiões do País.

Como médico com especialização em Medicina Comunitária, Saúde Ocupacional e Planejamento em Saúde posso assegurar que o Brasil não tem poucos médicos. A Organização Mundial de Saúde preconiza como parâmetro ideal de atenção à saúde da população a relação de um médico para cada mil habitantes. Nós temos dois.

Anualmente, se formam 16 mil médicos no Brasil. No Estado, esse número é próximo de 500. A maioria se concentra nos grandes centros urbanos porque é onde existe alguma estrutura. O problema reside é na distribuição adequada desse contingente a partir de uma política adequada de investimento em infraestrutura e de condições de trabalho.

Mas a saúde está longe de ser prioridade. A participação federal nos gastos públicos está em queda livre: estados e municípios se responsabilizam por 64%, enquanto a União aloca apenas 36%, porque o governo petista vetou na Emenda 29 o percentual mínimo de 10% da receita bruta.

O Sindicato dos Médicos do Espírito Santo, apoiado por centenas de jovens

estudantes e professores das universidades, fez um protesto em Vitória, a exemplo de outros pelo país afora, contra a importação de médicos cubanos, principalmente porque não querem, com a leniência governamental, se submeter ao exame denominado Revalida.

Dados do Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais dos 182 inscritos para a validação de diplomas de médicos, cubanos ou não, formados em Cuba, só 20 foram aprovados, ou seja, um de cada 9. Dos 26 médicos com diploma espanhol que fizeram o exame, cinco foram aprovados. Dos oito portugueses inscritos, três foram aprovados. É decepcionante.

Essa intenção do Governo Dilma com forte odor eleitoral submete a população a todo tipo de temeridade. A entrada de médicos estrangeiros com diplomas obtidos no exterior sem sua respectiva revalidação fere a lei e coloca em risco a saúde pública.

A questão não é a falta de médicos, mas a desestruturação do setor de saúde. É a falta de investimento, de tecnologias, de equipe multidisciplinar, de hospitais e de clínicas bem estruturadas no interior do País, para que possamos ter uma saúde de boa qualidade e atenção a todos os brasileiros.

Artigo do médico e deputado federal César Colnago (PSDB/ES), publicado dia 18 de junho, no Jornal A Gazeta

A mobilização nos demais estados

RIO BRANCO (AC)

Concentração em frente à Assembleia Legislativa. De lá, os médicos e estudantes saíram em caminhada pelo centro da cidade.

MANAUS (AM)

Ato público de médicos e estudantes no Largo São Sebastião, no centro da capital.

MACEIÓ (AL)

Ato público em frente ao Cremal, com os manifestantes seguindo em caminhada pela Av. Fernandes Lima até a Praça dos Martírios.

MACAPÁ (AP)

Concentração em frente ao CRM-AP com distribuição de panfletos.

SALVADOR (BA)

Concentração no Campo Grande, com caminhada até a Praça Castro Alves.

FORTALEZA (CE)

Concentração em frente à Assembleia Legislativa e em frente ao Palácio da Abolição, com caminhada até o Jardim Japonês, na avenida Beira-Mar.

DISTRITO FEDERAL

Concentração a partir das 17h, em frente ao Ministério da Saúde, na Esplanada dos Ministérios. Em seguida, os manifestantes seguiram até o Palácio do Planalto.

GOIÂNIA (GO)

Concentração na sede do Cremego e passeata pelas ruas de Goiânia.

SÃO LUIZ (MA)

Concentração na Praça Deodoro, com caminhada pelo centro da cidade até a Praça João Lisboa.

CUIABÁ (MT)

Concentração em frente à sede do CRM-MT com caminhada até a Secretaria de Estado de Saúde de Mato Grosso, concluindo a manifestação na Assembleia Legislativa.

CAMPO GRANDE (MS)

Manifestação em frente ao prédio da representação do Ministério da Saúde em Mato Grosso.

BELO HORIZONTE (MG)

Concentração em frente à sede do CRM-MG, com marcha pela área hospitalar.

BELÉM (PA)

Concentração em frente à Santa Casa de Misericórdia, com caminhada até a Secretaria Estadual de Saúde.

JOÃO PESSOA (PB)

Concentração em frente à sede do CRM-PB.

CURITIBA (PR)

Concentração na Boca Maldita e caminhada pela Rua das Flores até a Praça Santos Andrade (em frente ao prédio da Universidade Federal do Paraná).

RECIFE (PE)

Concentração na Praça do Derby, doação de sangue para o Hemope, no Memorial da Medicina, e caminhada pela Av. Agamenon Magalhães, passando pelo Parque Amorim e retornando pela Agamenon Magalhães para a Praça do Derby.

TERESINA (PI)

Concentração em frente à sede do Conselho Regional de Medicina do Piauí, com caminhada pelos principais hospitais públicos e privados da cidade e retorno ao CRM-PI.

RIO DE JANEIRO (RJ)

Concentração na Cinelândia, com ato público.

NATAL (RN)

Concentração em frente à sede da Associação Médica, com caminhada até o Hospital Walfredo Gurgel.

PORTO ALEGRE (RS)

Concentração em frente ao Hospital Beneficência Portuguesa, com caminhada até o Palácio Piratini.

PORTO VELHO (RO)

Concentração, a partir das 10h, em frente à sede do Conselho Regional de Medicina de Rondônia, em Porto Velho. Na noite do dia anterior (2/7), assembleia no Sindicato dos Médicos.

BOA VISTA (RR)

Concentração dos médicos em frente ao Portal do Milênio, em Boa Vista.

FLORIANÓPOLIS (SC)

Concentração na Esquina Democrática, no centro de Florianópolis.

SÃO PAULO (SP)

Concentração na Associação Médica Brasileira (AMB), com passeata rumo ao gabinete de representação da Presidência da República, na Avenida Paulista.

ARACAJU (SE)

Concentração dos médicos na sede do Cremese, seguida de caminhada até a Secretaria Estadual de Saúde.

PALMAS (TO)

Abraço simbólico no Hospital Geral de Palmas. Em seguida, caminhada até a Praça dos Girassóis.



Demografia Médica no Brasil

O Conselho Federal de Medicina (CFM) está realizando a pesquisa “Demografia Médica no Brasil”, que busca conhecer melhor o perfil e as condições de trabalho dos médicos brasileiros.

Para a elaboração da pesquisa, foi contratado o Datafolha Instituto de Pesquisas, que entrará em contato e entrevistará, por telefone, os médicos sorteados. Então, o CFM e o CRM-ES contam com a colaboração dos médicos capixabas para que, caso sorteados pela pesquisa, reservem alguns minutos na agenda para responder ao questionário. O CFM garante a confidencialidade das informações, que serão usadas para fins exclusivos da pesquisa.

A participação de cada médico sorteado é de fundamental importância para o maior conhecimento sobre a profissão, o que dará subsídios para ações de valorização dos médicos e da Medicina no Brasil.

Qualquer dúvida, entre em contato com demografiamedica@cremesp.org.br ou com o Datafolha, pelo telefone (11) 3224-3873.

Mais interatividade com o médico

Mais ágil e com informações distribuídas, a página do CRM-ES na internet disponibiliza para o médico serviços que, até então, eram oferecidos somente de forma presencial na sede do Conselho.

Com a reformulação do site, o médico conta com informações de serviços para a retirada de segunda via de boleto de anuidade, de certidão de quitação e de certidão de responsabilidade técnica, além de notícias relativas à área de saúde. Tudo isso a um clique de sua casa ou consultório.

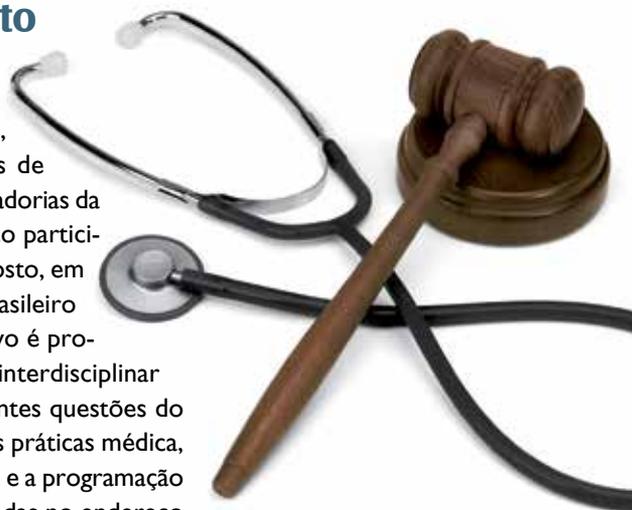
Também por meio do novo site o



médico tem acesso às resoluções de todos os conselhos regionais e do Conselho Federal de Medicina (CFM), cujos links estão disponíveis no topo do portal do CRM-ES.

Medicina e Direito

Profissionais das áreas de Direito, Direitos Humanos, Medicina, Bioética, tribunais de Justiça, universidades, procuradorias da República e Ministério Público participarão, nos dias 28 e 29 de agosto, em Brasília, do IV Congresso Brasileiro de Direito Médico. O objetivo é promover o diálogo científico, interdisciplinar e profissional sobre importantes questões do Direito Médico que afetam as práticas médica, jurídica e social. As inscrições e a programação preliminar serão disponibilizadas no endereço www.eventos.cfm.org.br.



CRM-ES empossa Comissão de Ética

A Comissão de Ética do Hospital e Maternidade Dr. Arthur Gerhardt, localizado em Domingos Martins, foi empossada no dia 7 de maio, com a presença do conselheiro do CRM-ES Álvaro L. Vereno Filho. Como membros efetivos estão os médicos Iran Guimarães de Azevedo, Druscila Perside Renzelman e Rachel Duarte Acha Mazzin. E como suplentes, os médicos Ana Noêmia Mariani, Pâmela Deutz Neves Dias e Octacílio Felício Júnior.

Na foto, da esquerda para a direita, Iran Guimarães de Azevedo, Druscila Perside Renzelman, Álvaro L. Vereno Filho, Sara Lopes Valentim (Diretora Técnica do Hospital), Ana Noêmia Mariani e Octacílio Felício Júnior.



STJ proíbe prática de acupuntura por psicólogos

Os ministros da Primeira Turma do Superior Tribunal de Justiça (STJ) decidiram, no mês de abril, que profissionais formados em psicologia não podem utilizar a acupuntura como método ou como técnica complementar de tratamento. O entendimento do STJ deu aval a um acórdão do Tribunal Regional Federal da 1.ª Região que, em março de 2012, anulou a resolução do Conselho Federal de Psicologia e de

várias outras profissões de saúde que, de forma imprópria, ampliavam seus campos de atuação ao possibilitar a utilização da acupuntura em tratamentos, o que foi questionado pelo Colégio Médico Brasileiro de Acupuntura (CMBA). Pela Resolução CFM n.º 1.666/03, a acupuntura é reconhecida como uma especialidade médica. O Conselho Federal de Psicologia entrou com recurso no STJ.

Cooperativismo médico

Nos dias 25 e 26 de junho, na sede do Conselho Federal de Medicina (CFM), foi realizado o VI Fórum Nacional de Cooperativismo Médico, resultado da parceria entre o CFM e a Federação Nacional dos Médicos (Fenam). Na ocasião, foi destacada a importância do sistema cooperativista para a valorização do trabalho médico e também observados os desafios econômicos do sistema a partir da aquisição excessiva de órteses, próteses e material especial (OPME). De acordo com o tesoureiro do CFM e coordenador da Comissão de Cooperativismo Médico, José Hiran Gallo, “o cooperativismo é uma das saídas para o resgate da dignidade do profissional e permite a melhoria na composição de honorários para os médicos. No entanto, precisamos repensar esse desequilíbrio que, muitas vezes, existe entre a receita destinada à aquisição de OPMEs e custeio de hospitais, por exemplo, e aquela destinada aos médicos”.



CFM discute nova especialidade médica

Medicina de Urgência é a nova especialidade médica defendida pelo Conselho Federal de Medicina (CFM) e aprovada, por unanimidade, pelo Pleno da Autarquia, em abril deste ano. Agora, para que essa especialidade seja criada, deve haver aprovação da Comissão Mista de Especialidades, formada pelo CFM, pela Associação Médica Brasileira (AMB) e pela Comissão Nacional de Residência Médica.

Um grupo de trabalho, composto pelo CFM, pela AMB, pela Comissão Nacional de Residência Médica e pela

Associação Brasileira de Educação Médica (Abem), definirá o currículo em urgência e emergência que será proposto ao Ministério da Educação para ser implantado, de forma horizontal, nos cursos de graduação das faculdades de Medicina, tendo a emergência como nova área no internato dos cursos médicos. E, na pós-graduação, o CFM defende a criação da especialidade Urgência e Emergência, pois os médicos que fazem cursos nessa área ainda não podem ter a titularidade em Urgência e Emergência.

Carreira de Estado

“Carreira de Estado para o médico do SUS. É bom para a saúde, é bom para o Brasil.” Este é o mote da campanha em defesa dessa proposta, que foi lançada na terceira semana de maio de 2013 pelos conselhos de Medicina. O esforço tem como meta principal ampliar o conhecimento em torno dessa ideia, apontada pelas entidades de classe como a “saída” para



resolver os problemas em níveis assistenciais em um país “que tem urgência de ser bem tratado”.

Eleição no CRM-ES

O voto é secreto e obrigatório para todos os médicos inscritos no CRM-ES e que estejam em pleno gozo de seus direitos

No dia 5 de agosto, no horário de 8h às 20 horas, quando será realizada a eleição para o novo corpo de conselheiros para a gestão 2013/2018 do Conselho Regional de Medicina do Espírito Santo (CRM-ES), é imprescindível que o médico esteja em dia com a anuidade da Autarquia para ter direito a voto. Essa é uma determinação constante no Art. 31, da Resolução CFM n.º 1993/2012. Para quem precisa regularizar a situação, o contato do Setor Financeiro do CRM-ES é (27) 2122-0130 ou 2122-0112.



Estão impedidos de votar

- ▶ Médicos registrados exclusivamente como “médico militar”.
- ▶ Médicos “estrangeiros não naturalizados” – exceto os de nacionalidade portuguesa que comprovem a aquisição de direitos políticos.
- ▶ Médicos em situação irregular no CRM-ES.

Locais de votação presencial

VITÓRIA

- ▶ Sede do CRM-ES
- ▶ Centro Integrado de Atenção à Saúde (Cias)
- ▶ Hospital Santa Rita de Cássia
- ▶ Hospital Universitário Cassiano Antônio de Moraes (Hucam)
- ▶ Hospital São Lucas
- ▶ Hospital Santa Casa de Misericórdia de Vitória
- ▶ Hospital Infantil Nossa Senhora da Glória

VILA VELHA

- ▶ Hospital Antônio Bezerra de Farias
- ▶ Vila Velha Hospital
- ▶ Hospital Praia da Costa
- ▶ Hospital Geral e Infantil Dr. Alzir Bernardino Alves
- ▶ Hospital Santa Mônica
- ▶ Hospital Evangélico de Vila Velha

SERRA

- ▶ Vitória Apart Hospital
- ▶ Hospital Dório Silva
- ▶ Hospital Metropolitano
- ▶ Hospital Jayme dos Santos Neves

CARIACICA

- ▶ Hospital Meridional
- ▶ Hospital São Francisco
- ▶ Pronto Atendimento de Itacibá

Atenção

É imprescindível em qualquer modalidade de votação que a cédula eleitoral não contenha rasura. A data limite para a Comissão Eleitoral receber o voto por correspondência é dia 5 de agosto.

Para votar

VOTO PRESENCIAL – Nos municípios de Vitória, Vila Velha, Serra e Cariacica, o voto será presencial, com urnas distribuídas em 20 locais de votação (veja quadro nesta página). Mas os médicos que, no dia 5 de agosto, estiverem exercendo suas atividades profissionais em outras localidades ou com viagem programada deverão optar pelo voto por correspondência. A documentação referente a esse tipo de voto deve ser obtida na sede do CRM-ES. **Para o voto presencial é necessária a apresentação de documento de identidade pessoal.**

VOTO POR CORRESPONDÊNCIA – Os médicos residentes nas cidades do interior do Estado e nos municípios de Viana e de Guarapari deverão votar por correspondência. O material para votação, que reúne uma cédula eleitoral, uma papeleta de identificação e dois envelopes pardos, foi encaminhado para o endereço constante do cadastro que o médico possui no CRM-ES. É necessário indicar o voto na cédula eleitoral assinalando com um “x” (caneta azul ou preta) o quadrinho que antecede a chapa escolhida. Dobre a cédula e coloque-a no interior do envelope menor. Preencha a papeleta de identificação com o nome e a assinatura igual à da ficha cadastral no CRM-ES. Coloque o envelope menor e a papeleta de identificação no envelope maior, já selado e endereçado para o CRM-ES. Feche-o com cola e envie-o pelos Correios. O porte já está pago. **Fique atento à data limite para o recebimento do voto pela Comissão Eleitoral: 5 de agosto.**